

Em novo formato, ANFIP promove mesa de debates sobre Reforma Administrativa

A PEC 32/20, da **Reforma Administrativa**, está sendo analisada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Agora é o momento de todos os associados se unirem para que a proposta não seja aprovada como está.

Para intensificar o trabalho por mudanças em seu texto, a Entidade promove na **quinta-feira (1º/7)**, às **15 horas**, o **Plantão ANFIP – O andamento da Reforma Administrativa no Congresso Nacional**, live em novo formato, com uma mesa de debates fixa e uma rodada de parlamentares que, ao vivo, passarão ao longo da programação para dar suas opiniões e prognósticos sobre os possíveis cenários e negociações políticas em torno da PEC 32/20.

O presidente **Décio Bruno Lopes** e o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, **José Arnaldo Gonçalves Ferreira**, recebem os seguintes convidados:

- Senador Izalci Lucas (PSDB-DF)
- Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) – Coordenadora da Frente Parlamentar do Serviço Público
- Deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) – Coordenador da Frente da Reforma Administrativa
- Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG)
- Deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) – Coordenador da Frente Parlamentar do Serviço Público
- Deputado Gervásio Maia – (PSB-PB) – Integrante da Comissão Especial da PEC 32
- Deputado Zé Carlos (PT-MA)



PLANTÃO ANFIP
O ANDAMENTO DA REFORMA ADMINISTRATIVA NO CONGRESSO NACIONAL

COM OS PARLAMENTARES

- Izalci Lucas, Senador PSDB/DF
- Alice Portugal, Deputada Federal PCdoB/BA
- Tiago Mitraud, Deputado Federal Novo/MG
- Subtenente Gonzaga, Deputado Federal PDT/MG
- Paulo Ramos, Deputado Federal PDT/RJ
- Gervásio Maia, Deputado Federal PSB/PB
- Zé Carlos, Deputado Federal PT/MA
- Célio Studart, Deputado Federal PV/CE
- Glauber Braga, Deputado Federal PSOL/RJ

BANCADA DO DEBATE

- Décio Bruno Lopes, Presidente ANFIP
- José Arnaldo Ferreira, Vice-Presidente ANFIP
- José Domingos, Presidente CSPB
- José Gozze, Presidente Pública Central do Servidor
- Jorge Mizael, Diretor Mapeópolis
- Sérgio Lérer, Jornalista Agência Servidores

Ao vivo - 1/7 (quinta-feira) - 15h

ABÊNCIA Servidores

[/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional) [/anfipoficial](https://www.youtube.com/channel/UC...) /agenciaservidores

ANFIP

- Deputado Célio Studart (PV-CE)
- Deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) – Suplente da Comissão Especial da PEC 32/20
- José Domingos – Presidente da Confederação dos Servidores Públicos (CSPB)
- José Gozze – Presidente da Pública Central dos Servidores
- Jorge Ramos Mizael – Assessor Parlamentar da Frente Servir Brasil
- Sérgio Lérer – moderador, jornalista da Agência Servidores

ANFIP e Cruzeiro do Sul realizam webinar sobre Gestão Financeira

A ANFIP, em parceria com a Universidade Cruzeiro do Sul, realiza no dia 1º de julho, das 10 às 11 horas, o webinar Gestão Financeira. O vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, recebe o especialista em gerenciamento e desenvolvimento de negócios Felipe Krug Dulinsk.

Esta é uma oportunidade para ampliar seus conhecimentos, tirar dúvidas e aplicar todas as dicas sobre orçamento no seu dia-a-dia ou para expandir novos negócios.

Anote na agenda e ative as notificações, a transmissão será pelo canal da ANFIP no Youtube. Acesse e acompanhe!



WEBINÁRIO
Gestão Financeira
1º de julho (quinta-feira) de 10 às 11 horas

Debatador
Ariovaldo Cirelo
Vice-presidente de Serviços Assistenciais da ANFIP

Palestrante
Felipe Krug Dulinsk
Especialista em gerenciamento de negócios

Realização: ANFIP e Universidade Cruzeiro do Sul

PEC 32/20: Trabalho conjunto com entidades continua

PÁGINA 3

Está no ar o espaço Talentos da Família ANFIP

PÁGINA 5

ANFIP oferece benefícios exclusivos a associados

PÁGINAS 6

Entidades se unem em ato nacional contra a Reforma Administrativa



Na quarta-feira (23/6), diversas entidades sindicais e associativas de servidores se reuniram em frente ao Congresso Nacional em mobilização conjunta, coordenada pelo Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), contra a PEC

32/2020 (Reforma Administrativa) e o desmonte do serviço público trazido por ela. O presidente da Frente Servir Brasil, deputado Israel Batista (PV/DF), também participou do ato.

Além da presença das entidades, servidores e de uma grande carreta no ato presencial, o dia de mobilização também contou com manifestações nas redes sociais, como o tuitaço realizado pela manhã. As ações tiveram o objetivo de pressionar os parlamentares e de alertar a sociedade sobre os prejuízos incalculáveis que a PEC traz aos atuais e futuros servidores e à prestação de serviços para a população.

Pela ANFIP, participaram o presidente Décio Bruno Lopes e a vice-presidente Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco. Também esteve presente a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo.

Comissão Especial da PEC 32/20 elege vice-presidentes do colegiado

A Comissão Especial que analisa a PEC 32/20, em reunião na terça-feira (22/6), elegeu os vice-presidentes do colegiado. Por 24 votos favoráveis, sem votos contrários, foram eleitos: primeiro-vice-presidente, deputado Thiago Mitraud (NOVO/MG); segundo vice-presidente, deputado Samuel Moreira (PSDB/SP); e terceiro

vice-presidente, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA). Confira [AQUI](#) a lista de titulares e suplentes da Comissão.

Além da eleição, também foi realizada a primeira audiência pública, com o tema Inovação na Administração Pública. Confira [AQUI](#) as apresentações dos participantes.

ANFIP concede entrevista sobre a Reforma Administrativa a programa de rádio

Na quarta-feira (23/6), o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, foi entrevistado pela Rádio ABC 103.3 FM, emissora voltada à cobertura de fatos jornalísticos e esportivos da região metropolitana de Porto Alegre e Vale do Sinos, sobre os impactos da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) para o Estado e para os servidores públicos brasileiros.

Em sua exposição, o assessor, que também é um dos diretores da Agafisp – Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul -, afirmou que a Reforma é justificada com falácias que não correspondem à realidade, além de não conter em seu texto qualquer item que retire privilégios dos servidores que recebem acima do teto ou que promova um serviço público mais ágil e moderno, como é prometido. “Se analisarmos o texto da Proposta, não encontramos nada sobre inovação, eficiência e modernidade, nem sobre retirar privilégios ou tratar da insuficiência do desempenho dos servidores”, completou.

Romero aproveitou a oportunidade para destacar o trabalho dos servidores da Saúde durante a pandemia, e ressaltou a importância de haver mais investimentos e capacitação em todos os setores públicos, em vez de cortes e exclusão de direitos previstos na Constituição, como pretende a reforma com a questão da estabilidade e da progressão de carreira, que, uma vez retiradas, darão lugar à insegurança jurídica e a desvios de conduta cada vez

mais recorrentes no funcionalismo.

Respondendo às perguntas, o assessor explorou, ainda, aspectos econômicos e assuntos como o teto de gastos, cargos comissionados, carreiras típicas, concursos públicos, e outros, concluindo que, caso aprovada, a PEC 32/2020 fará grande uso político da máquina pública, ocasionando o loteamento e a precarização dos serviços gratuitos para a população, incluindo Educação e Segurança Pública.

Segundo Romero, a expectativa das entidades representativas de classe é de que a PEC possa ser debatida amplamente enquanto durar a crise sanitária, tendo em vista a suspensão das atividades parlamentares presenciais em razão da pandemia, o que dificulta o acesso de grupos da oposição aos deputados e deputadas envolvidos com a pauta, além de limitar a participação popular e as mobilizações da sociedade civil contra a reforma.

Vale ressaltar que a ANFIP não é contra a modernização dos serviços públicos, mas a favor de uma reforma ampla e transparente, que aperfeiçoe o sistema e converse com a sociedade e os servidores sobre os atuais problemas, a fim de solucioná-los.

Saiba mais sobre a Reforma Administrativa no hotsite exclusivo elaborado pela ANFIP: www.anfip.org.br/reforma-administrativa/.

Confira a entrevista completa clicando [AQUI](#).

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



 www.instagram.com/anfipnacional

 www.facebook.com/anfip.nacional

 www.twitter.com/anfipnacional

 www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP sugere atuação municipal contra a PEC 32/20 em reunião com a Frente do Serviço Público

As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público realizaram mais uma reunião virtual, na segunda-feira (21/6), para analisar o atual cenário político e discutir os próximos passos de atuação no enfrentamento à PEC 32/2020 (Reforma Administrativa). Pela ANFIP, participaram o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, que coordenou o encontro, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero. A reunião também contou com a presença do deputado Rogério Correia (PT/MG).

Na oportunidade, os representantes informaram as diversas ferramentas que as entidades estão utilizando para se mobilizar contra a matéria, como anúncios em outdoors, manifestações em redes sociais e carros de som nas cidades. Além disso, apontaram tarefas a serem executadas por todos, agindo de forma integrada.

Vilson Romero sugeriu que cada região reative as frentes de luta que congreguem o conjunto dos servidores



e promova as audiências públicas nos municípios para dialogar com os parlamentares e com a sociedade. “Diversas cidades já estão tomando providências nesse sentido, isso também está no plano de trabalho aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, temos que continuar acompanhando”, completou.

Entidades atuam na busca de apoio parlamentar para alterações na PEC 32/20

As entidades que integram o Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) reuniram-se na segunda-feira (21/6) para ajustar as estratégias conjuntas de continuidade de busca de apoio parlamentar para mudanças na PEC 32/20 (Reforma Administrativa). Participaram da reunião, pela ANFIP, o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O apelo das entidades continua: as bases precisam atuar neste momento com os parlamentares dos respectivos estados. Com a limitação do contato físico com os parlamentares, os pedidos de apoio podem ser feitos via e-mail, redes sociais e telefone. Confira [AQUI](#) a lista de contatos dos integrantes da Comissão Especial.

Apoio parlamentar - O presidente Décio Bruno Lopes participou de reunião com o deputado Rubens Bueno (Cidadania/PR), na quinta-feira (24/6), junto às demais entidades do Fonacate. O assessor de Estudos Socioeconômicos da Associação, Vilson Antonio Romero, também esteve presente.

O objetivo foi apresentar ao parlamentar os riscos e prejuízos que a PEC 32/20 representa para os atuais e futuros servidores públicos e solicitar apoio à emenda do Fórum, com sugestões de alteração no texto da proposta para minimizar os impactos na administração pública e na prestação de serviços à sociedade.

O presidente da ANFIP foi pontual ao dizer que, se aprovada, a PEC 32/20 vai transformar o Estado numa “torre de babel”, pois acaba com o atual Regime Jurídico



Único e cria diversos novos vínculos empregatícios. “Se essa PEC for aprovada, será um retrocesso de mais de 30 anos, antes de 1988, quando existiam diversos vínculos no serviço público, estatutário e celetista. É uma insegurança jurídica muito grande para os gestores e para a sociedade, além de trazer implicações para o Estado, que terá grandes dificuldades em relação às contribuições previdenciárias e obrigações trabalhistas”, explicou Décio Lopes.

O deputado Rubens Bueno ouviu todos os pronunciamentos e manifestou que está atento às questões do funcionalismo brasileiro e que nunca foi contra os servidores, mas acredita que há mudanças necessárias para se fazer dentro do serviço público.

PEC 32/20: Trabalho parlamentar exige participação de todos!

A Reforma Administrativa (PEC 32/20) está na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e, regimentalmente, está no período de recebimento de emendas. É preciso, neste momento, alertar os parlamentares dos prejuízos que a proposta impõe a todos os servidores, atuais e futuros, e dos riscos que a fragilização da administração pública traz a toda sociedade.

Não à PEC 32/20 é um trabalho parlamentar conjunto que todos, associados e demais servidores públicos, precisam se engajar. Com o período de pandemia e as restrições de acesso impostas no Congresso Nacional, cabe intensificar as ações nos meios digitais. Neste primeiro momento, a ANFIP libera o sistema de envio de mensagens aos e-mails dos integrantes da Comissão Especial. Faça a sua parte, envie sua manifestação!

Veja o passo a passo a seguir:

1º – Clique [AQUI](#) para enviar mensagem aos parlamentares da Comissão Especial;

2º – É possível mandar para todos os deputados e deputadas ou remeter para um parlamentar específico (estado ou partido político), basta selecionar na ferramenta;

3º – O passo seguinte é o texto propriamente dito. O modelo já estará disponível na caixa de diálogo; e

4º – Em seguida, preencha nome e e-mail válidos e clique em “enviar”.

IMPORTANTE: É necessário o envio com o nome e e-mail para que as mensagens não caiam na pasta de spam do parlamentar.

Comissão de Interesse de Classe formula estratégias contra a Reforma Administrativa



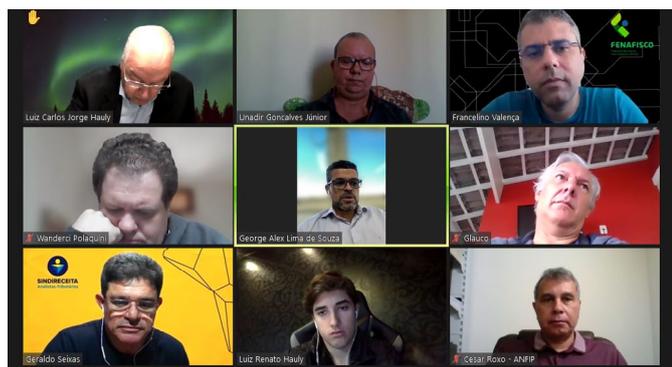
Os integrantes da Comissão de Interesse de Classe da ANFIP reuniram-se na quarta-feira (23/6) para dar continuidade à

definição de ações contra a Reforma Administrativa (PEC 32/20).

Com participação dos vice-presidentes José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social) e Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), e do assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, o grupo analisou formas de mobilização no Parlamento e nos estados e, ainda, fez os últimos ajustes em material de divulgação, visando envolver a sociedade e chamar a atenção dos políticos.

Também está sendo finalizado um manual de trabalho parlamentar e um guia de utilização das redes sociais para auxiliar conselheiros e associados a pressionar os parlamentares contra a PEC 32/20, principalmente os deputados que fazem parte da Comissão Especial da Reforma Administrativa.

Fisco debate interferências da Reforma Administrativa na efetividade da Reforma Tributária



Os representantes das entidades de classe que integram o Pacto de Brasília, entre elas a ANFIP, reuniram-se na segunda-feira (21/6) para discutir o andamento da PEC 110/2019 (Reforma Tributária), que tramita no Senado Federal, bem como os impactos da PEC 32/2020 nas carreiras típicas de Estado e na dinâmica tributária nacional.

O encontro virtual contou com a presença do ex-deputado federal Luiz Carlos Haully, consultor do grupo, que atualizou os

participantes sobre as alterações conquistadas até o momento no texto da PEC 110, que agora adota uma cobrança eletrônica e o crédito financeiro, e inclui a contemplação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) dual. Além disso, foi realizada reunião diretamente com o presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), a fim de apresentar e defender os interesses das carreiras dos fiscos federal, estadual, distrital e municipal.

Em relação à Reforma Administrativa, que altera os dispositivos constitucionais sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, o consultor se colocou à disposição para auxiliar na articulação com os parlamentares envolvidos com o tema, sugerindo a promoção de lives interativas e de uma campanha de conscientização que refine a relação entre o Fisco e contribuinte, trazendo mais transparência e compreensão em relação às reivindicações da categoria.

Participaram da reunião, pela ANFIP, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Confira o palco virtual criado exclusivamente para os Talentos da Família ANFIP

Em mais uma iniciativa de apoio, valorização e integração com os associados e associadas, a ANFIP preparou um espaço exclusivo para prestigiar os talentosos colegas e amigos da família anfipliana, que agora podem brilhar em nosso palco virtual e nos conectar, mesmo que a distância, neste momento de pandemia. Acesse [AQUI](#) o espaço.

Quer fazer parte deste show? Envie agora mesmo seu vídeo para ser publicado na plataforma! O material pode ser encaminhado para o e-mail comunicacao@anfip.org.br e, após aprovação, será mais uma apresentação marcante entre os Talentos da Família ANFIP.

São João Virtual

Aproveite, ainda, o clima de Festa Junina para conferir as apresentações do coral e da Banda Nova Estação de forró da ANFIP-PE, Estadual da ANFIP em Pernambuco.

A celebração virtual, realizada



na última quinta-feira (17/6), reuniu associados de todo o Brasil e contou com uma programação cultural especial, além de sorteios, brindes e muita animação!

Para quem não pôde assistir em tempo real, a Live está disponível no canal da Estadual no YouTube, e pode ser conferida a qualquer momento [AQUI](#).

ANFIP participa de audiência pública na Câmara Municipal de Niterói (RJ)

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou de audiência pública da Câmara Municipal de Niterói (RJ), na terça-feira (22/6), em que se discutiu o reajuste da contribuição previdenciária dos servidores municipais.

Na audiência, coordenada pelo presidente do plenário, vereador Paulo Eduardo Gomes, diversos representantes de servidores se manifestaram e apresentaram insatisfação com o aumento da alíquota de desconto de contribuição previdenciária dos servidores, que subirá para 14% se o projeto for aprovado.

O presidente da Niterói Prev, Moacir Linhares, afirmou que o município está se adequando à legislação federal, atendendo à exigência criada diretamente pela Emenda Constitucional 103/19, conhecida como Reforma da Previdência. “A própria Emenda Constitucional determina que os municípios não podem fixar alíquota inferior àquela aplicada para contribuição dos servidores da União, atualmente em 14%, como dispõe o art. 11”, disse.

Ao se pronunciar, Décio Lopes



destacou que foi um equívoco a reforma, consubstanciada na Emenda Constitucional nº 103/19, ter deixado os estados e os municípios fora da regra geral de Previdência, porque, ao fazer isto, o país passará a ter 27 legislações estaduais e mais de 3 mil legislações de Regimes Próprios de Previdência municipais. Segundo ele, também já deveria ter sido editada uma legislação complementar que tratasse das regras gerais para todos. Na sua percepção, esse tratamento constitucional “foi um atraso, pois deveria ter sido o mesmo

constante da Emenda Constitucional nº 41/2003. As regras seriam muito mais factíveis e com menos judicialização”. Esclareceu ainda que, embora o novo texto constitucional tenha estabelecido uma alíquota mínima uniforme de 14%, possibilitou aos estados e municípios a instituição de alíquotas escalonadas, conforme previsto no parágrafo primeiro do art. 11 da referida emenda.

Também estiveram presentes o deputado estadual Flavio Serafini (Psol/RJ), diversos vereadores e representantes de entidades de classe de servidores.

Benefícios

Faça sua especialização na FBT

A Faculdade Brasileira de Tributação (FBT), conveniada da ANFIP, é a primeira instituição de ensino superior no Brasil focada e especializada na área tributária e oferece os melhores descontos para você, associado, se especializar.

Estão disponíveis cursos EAD de pós-graduação, graduação e extensão, focados na área de tributação, com 20% de desconto. Para usar o benefício, basta pesquisar FBT no seu Clube de Vantagens, solicitar a declaração e apresentar no ato da matrícula. Não perca tempo, invista no seu conhecimento!

Conferências Online - A FBT promoverá no dia 3 de julho uma conferência online gratuita, com o objetivo de aprofundar temas relevantes para o Planejamento Tributário e questões referentes ao Patrimônio (IPTU, ITR, ITCMD e IPVA). Inscreva-se [AQUI](#).

Banco Alfa: Organize suas contas com as menores taxas do mercado

O Banco Alfa também está na plataforma ANFIP Tem +Vantagens, exclusivamente para os associados da Entidade. Quer organizar suas contas com taxas especiais, rapidez e segurança? Por meio do clube de benefícios os associados têm taxas a partir de 0,69%a.m. Acesse [AQUI](#) e faça uma simulação.

Já ativou sua conta no ANFIP Tem +Vantagens? Faça agora seu cadastro

Você sabia que a ANFIP tem o maior clube de vantagens da América Latina? São mais de 17.500 lojas físicas espalhadas em todos os cantos do Brasil, mais de 400 lojas online, rede de farmácias e drogarias, passagens aéreas, hotéis, automóveis, creches, escolas, universidades, sistema de cashback, cupons de desconto, assessoria financeira e crédito consignado com as melhores taxas do Banco Alfa.

Assista [AQUI](#) os inúmeros benefícios e veja como ativar a sua conta. Acesse [AQUI](#) a plataforma.

OdontoPrev com preços especiais na plataforma de benefícios

Associado, você sabia que na plataforma de benefícios ANFIP Tem +Vantagens também é possível contratar plano odontológico da OdontoPrev com preços especiais? Acesse agora e confira!

Por apenas R\$ 21,90 mensais, sem carência, você tem acesso a cirurgias, odontopediatria, radiologia, endodontia, prótese dentária, prevenção, diagnósticos, dentística, periodontia e emergência. Contrate agora mesmo, [AQUI](#).

Cooperforte abre as portas para os servidores públicos

Com o intuito de ampliar a oferta de soluções financeiras proporcionadas aos seus associados, a Cooperforte passou a admitir a adesão de **servidores públicos federais e estaduais/distritais e os empregados de empresas e instituições ligadas àquelas esferas**.

A medida alcança tanto o pessoal da ativa quanto os aposentados que, ao se associarem à Cooperforte, passam a ter acesso aos produtos e diferenciais oferecidos pela Cooperativa.

Crédito: limites pré-aprovados e liberação de crédito em conta corrente no mesmo dia (para operações formalizadas até 17h), com base na renda mensal comprovada e na situação econômico-financeira do associado:

- Até duas operações de **Crédito Parcelado**, sendo uma de curto, médio ou longo prazo (CP Curto, de 4 a 12 meses; CP Médio, de 13 a 36 meses e; CP Longo, de 37 a 72 meses) e outra de curto ou médio prazo (CP Curto e CP Médio), com taxas a partir de 0,94% ao mês;

- **Crédito 13º** com taxa de 1,98% ao mês e pagamento quando você receber a parcela de adiantamento de seu 13º salário;

- **Crédito Garantido:** disponível nas modalidades Único (em até 180 dias) e Parcelado (de 4 a 36 meses), com taxa de 0,69% ao mês + TR, direcionado a investidores que emergencialmente necessitam de recursos ou querem realizar algum projeto, sem precisar resgatar suas aplicações financeiras;

- **Crédito Rápido:** crédito de curto prazo (entre 30 e 59 dias), para pagamento em parcela única, com taxa de 1,39% ao mês.

- **Investimentos em renda fixa**, com uma das melhores

rentabilidades do mercado e a segurança de uma das maiores cooperativas de crédito do país (Rating A+, pela Austin, e A3, pela Argus, ambos com perspectivas estáveis):

- **LFC** (Letra Financeira da Cooperforte) para aplicações a partir de R\$ 100 mil, com prazo de aplicação de 24 meses e resgate no final do contrato – nas modalidades LFC-pré, com taxa pré-fixada de 7,0% ao ano, e LFC-pós-cdi, com taxa pós-fixada de CDI + 1,0% ao ano (a exemplo dos títulos semelhantes no mercado, a LFC não conta com garantia do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop – ou similares);

- **RDC** (Recibo de Depósito Cooperativo), com liquidez diária e garantia do FGCoop de até R\$ 250 mil por investidor, nas modalidades:

- **RDC-p** para aplicações a partir de R\$ 50 mil, com remuneração de CDI + 0,25% ao ano e prazos de 24 a 60 meses;

- **RDC-i** para aplicações a partir de R\$ 200,00, com remuneração equivalente a 103% do CDI e prazos de 24 a 60 meses;

- **RDC-i Programado** para aplicações a partir de R\$ 200,00, remuneração equivalente a 103% do CDI e prazos de 60 meses.

Compartilhe a novidade da Cooperforte com seus amigos e familiares! Quem já é associado pode indicar seus colegas de trabalho e familiares para a Cooperforte e ganhar 1.500 pontos Livelo por associação efetivada e mais 1.500 pontos, se o novo associado realizar a primeira operação, em até 180 dias a contar da data de seu ingresso. Baixe o aplicativo ou saiba mais em www.cf.coop.br.

Conheça os benefícios previdenciários exclusivos oferecidos pela Jusprev

A ANFIP, preocupada com o futuro de seus associados, convida a todos a realizarem uma simulação com a Jusprev, uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que atua com o máximo de transparência e segurança na gestão de seus produtos.

A exemplo disso, o PlanJus, plano de Previdência Complementar disponibilizado pela entidade, oferece benefícios previdenciários completos, com taxa de administração de 0,7% ao

ano, educação financeira e previdenciária personalizada, deduções de até 12% da renda anual bruta da base de cálculo do Imposto de Renda, 0% de taxa de carregamento mensal, e muito mais!

Além disso, a Jusprev garante aos associados da ANFIP coberturas de risco especiais em ocorrências decorrentes de casos de Covid-19. Por invalidez, por exemplo, é possível receber uma renda mensal, e em caso de falecimento, o beneficiário indicado continua recebendo, o que não acontece nos planos

oferecidos pelo mercado financeiro, cujo benefício cessa com a fatalidade.

Ficou interessado(a)? Agende sua consulta individual 100% online com a consultora Zuleide Miranda, da ANFIP, pelo e-mail zuleide@anfip.org.br.

Já possui plano de previdência em algum banco? Compare as taxas e faça uma simulação agora mesmo pelo link www.jusprev.org.br/incentivo/ANFIP.

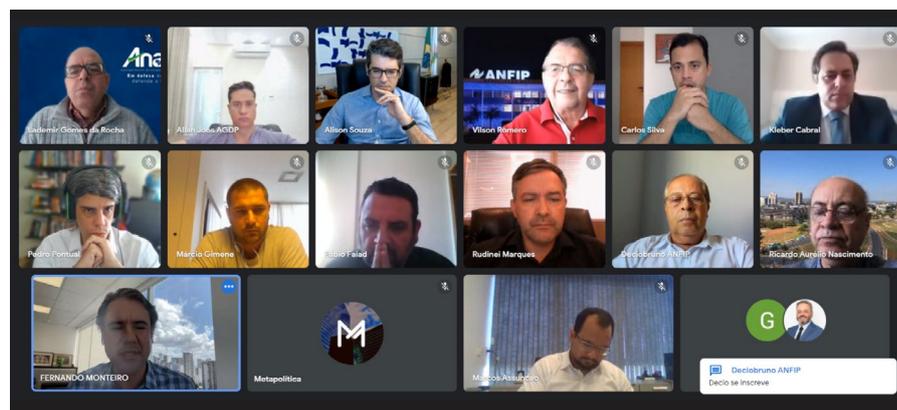
Em caso de dúvidas, entre em contato pelos telefones 0800 052 3434 ou (041) 3252-3400.

ANFIP e Fonacate reúnem-se com presidente da Comissão Especial da Reforma Administrativa

Na sexta-feira (25/6), a ANFIP e as demais entidades de classe que integram o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) participaram de uma reunião exclusiva com o deputado federal Fernando Monteiro (PP/PE), presidente da Comissão Especial da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) na Câmara dos Deputados. O encontro teve o intuito de estabelecer um canal de diálogo direto, entre os servidores e o líder, sobre pontos da Reforma considerados incoerentes e prejudiciais ao funcionalismo e à população de maneira geral.

Durante a videoconferência, o parlamentar ouviu todos os representantes inscritos, incluindo o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, que expôs precisamente as problemáticas em torno da extinção do Regime Jurídico Único (RJU), da previsão de múltiplos vínculos, do contrato de experiência e do fim da estabilidade, o que trará uma grande insegurança jurídica quanto ao futuro regime de trabalho dos servidores e sua segurança no exercício das atividades, desde o momento em que tomar posse no serviço público.

Décio Lopes concluiu afirmando que todos estes itens afetam negativamente a qualidade do trabalho



realizado pelos servidores e acarretará instabilidade na Administração Pública, o que, “em vez de melhorar o serviço público, acaba sendo um retrocesso na prestação dos serviços para a população, prejudicando também o Estado brasileiro”.

Fernando Monteiro agradeceu as contribuições e se mostrou totalmente aberto ao diálogo, fator que acha determinante para que sejam encontrados “pontos de convergência” entre as propostas da Reforma e os interesses dos servidores públicos. Segundo ele, é importante pensar em condições de trabalho favoráveis e modernas, “trazendo o funcionalismo ao século 21”.

Apesar de discordar em determinados pontos, o parlamentar defendeu a definição das carreiras típicas de Estado e de suas funções

no texto. Monteiro frisou ainda a importância de investimentos em políticas de Estado e de focar em melhorias nos serviços públicos para toda a população, “que paga alta carga tributária”.

Vale esclarecer que a ANFIP, bem como as demais entidades, não é contra uma reforma que gere modernização e aprimoramento da máquina pública, porém isso deve ser feito sem que sejam retirados direitos constitucionais já estabelecidos. O ideal, segundo os representantes, seria a suspensão da tramitação da PEC 32/2020 enquanto durar a pandemia no Brasil, que não possibilita um ambiente adequado para debater amplamente e com espaço efetivo para que as entidades atuem em defesa de todos os servidores públicos e por um Estado Democrático de Direito.